

# CAPACITAÇÃO EM PLANEJAMENTO FAMILIAR PARA PROFESSORES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Valdinete Fernandes da Silva<sup>1</sup>  
Dejeane de Oliveira Silva<sup>2</sup>  
Myria Ribeiro da Silva<sup>3</sup>  
Nayara Mary Andrade Teles<sup>4</sup>  
Mara Rute dos Santos Lima<sup>5</sup>

**Resumo:** O planejamento familiar é um direito sexual e reprodutivo e assegura a livre decisão da pessoa sobre o ter ou não ter filhos. Objetiva-se relatar as ações educativas em planejamento familiar para professores do ensino médio e fundamental da rede pública e privada, realizadas pelo Projeto Comunidade em Foco, desenvolvidas na Universidade Estadual de Santa Cruz. É um estudo descritivo, tipo relato de experiência com abordagem qualitativa. Os resultados mostraram que, após a aplicação das ações educativas do projeto de extensão, houve ascensão significativa no aprendizado dos participantes sobre a temática. Considera-se a importância das escolas estimularem e liberarem os seus professores para participação em cursos direcionados a temática, preparando-os para esclarecerem eficazmente os seus alunos sobre questões relacionadas ao planejamento familiar.

**Palavras-chave:** Planejamento familiar. Métodos contraceptivos. Formação de Professores.

---

1 Professora Assistente na disciplina de Saúde da Mulher, da Universidade Estadual de Santa Cruz. Coordenadora do projeto. *E-mail:* <valdinetefernandes20@hotmail.com>.

2 Professora Assistente na disciplina de Saúde da Mulher, da Universidade Estadual de Santa Cruz. Colaboradora interna do projeto. *E-mail:* <dejeanebarros@yahoo.com.br>.

3 Professora Assistente na disciplina de Gerenciamento de Enfermagem nos Serviços Hospitalares, da Universidade Estadual de Santa Cruz. Colaboradora interna do projeto. *E-mail:* <myriarib@uol.com.br>.

4 Enfermeira. Mestranda da Universidade Estadual de Santa Cruz. Colaboradora externa do projeto. *E-mail:* <naymaryteles@hotmail.com>.

5 Professora. Mestre em Cultura e Turismo. Colaboradora externa do projeto. *E-mail:* <mararutelima@hotmail.com>.

# TRAINING IN FAMILY PLANNING FOR TEACHERS: AN EXPERIENCE REPORT

**Abstract:** Family planning is a sexual and reproductive right that ensures free decision-making about having or not children. This report deals with educative actions taken in family planning for teachers, implemented by the Comunidade em Foco Project developed at Santa Cruz State University for teachers of public and private schools. This is a descriptive study, a kind of experience report with a quality concern approach. Results have shown that after applying educative actions of the extension project, significant knowledge improvements have been reached. We consider important for schools to stimulate and free their teachers to participate in trainings related to this very topic, preparing them to clarify efficiently their pupils about questions related to family planning.

**Keywords:** Family Planning. Contraceptive methods. Teachers training.

## 1 Introdução

O planejamento familiar, mais que um programa de governo, é um direito assistencial para que a célula *mater* da sociedade, a família, possa se organizar, com o objetivo de poder planejar uma vida de melhor qualidade, bem como dispor de dados no que concerne ao número de filhos que o casal quer ter. Esse planejamento atrela-se à condição de desenvolvimento de uma nação, uma vez que todos os países considerados desenvolvidos implementaram, há muito tempo, programas de amparo à família nesse sentido.

Nesse conjunto de ações são oferecidas condições, tanto para auxiliar a ter filhos, quanto

para prevenir uma gravidez indesejada. Essas devem ser cientificamente aceitas e não colocar em risco a vida e a saúde das pessoas, com garantia de liberdade e de escolha bem como. É um instrumento para que as famílias possam planejar suas vidas e organizar melhor seus interesses, inclusive os financeiros (BRASIL, 2006).

O planejamento familiar é um direito sexual e reprodutivo que assegura a livre decisão da pessoa sobre ter ou não ter filhos. Não deve haver imposição sobre o uso de métodos anticoncepcionais ou sobre o número de filhos. Essa prerrogativa foi assegurada na Constituição Federal, na Lei n. 9.263, art. 226, § 7º, que diz:

Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

Segundo dados do Ministério da Saúde (MS), 444.056 meninas e adolescentes brasileiras, entre 10 e 19 anos, tiveram filhos em 2009. Observa-se que, a cada ano, cerca de 20% das crianças que nascem no Brasil são filhas de adolescentes, o que representa três vezes mais jovens menores de 15 anos grávidas que na década de 70 (BRASIL, 2009).

Registros oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam para o fato de que mais de 500.000 mulheres morrem todos os anos no mundo, devido a problemas relacionados com o período gravídico puerperal e aborto. No Brasil, os dados revelam que a maioria dessas mortes acontece nas regiões menos desenvolvidas. Quando se refere ao número de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos), os dados projetados entre 2002 e 2020, para os países menos desenvolvidos, o número aumenta em 24% (COSTA; CARBONE, 2003).

A escola é um dos locais onde é possível estabelecer aprendizados contínuos entre

professores-alunos-comunidade, tornando-se um serviço imprescindível para a promoção da saúde de jovens, adolescentes e comunidade em geral. Afinal, a educação é compreendida como um fenômeno social e uma atividade que envolve um movimento de transformação interna de uma condição de saber a outra condição de saber mais elevada, ou ainda, à compreensão do outro, de si mesmo, da realidade, da cultura acumulada e do seu presente (CHAUI, 2003).

Com a redemocratização do país, houve uma necessidade em proporcionar à população uma real igualdade social com a efetivação da justiça social e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida. A Constituição de 1988, já com quase 25 anos de promulgação, garante que a educação e a saúde, dentre outras necessidades, é um direito de todos e, assim, deve ser prioridade na gestão das esferas federal, estadual e municipal (BRASIL, 2010).

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em seu artigo 11, reformulado durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assegura o atendimento integral à criança e ao adolescente por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Diante disso, é preciso destacar que essa assistência integral aos adolescentes perpassa pela família, escolas, igrejas, grupos e sociedade que os cerca (BRASIL, 2009).

Apesar de todas as políticas públicas voltadas para a assistência ao adolescente, a exemplo das Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e de Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, elaboradas em 2010, os dados demonstram que muito precisa ser implementado, fiscalizado e organizado em relação à saúde e à garantia efetiva dos direitos dessa população específica.

Nesse contexto, a escola representa um espaço social significativo de promoção da saúde,

sendo os professores coparticipantes do processo educacional juntamente com a família. Assim, o preparo desses atores é uma ferramenta indispensável para que a educação sexual não se torne repressiva ou uma doutrina.

O Projeto de Extensão Comunidade em Foco desenvolvia palestras educativas semanais em planejamento familiar nas escolas de Ensino Médio e Fundamental e numa Unidade Básica de Saúde, atuando com a clientela jovem, em sua maioria. A partir disso, analisou-se a necessidade de possibilitar condições para os docentes e discentes atuarem eficazmente, prestando um atendimento competente, científico e técnico, articulando o trinômio ensino-serviço-comunidade.

Diante do exposto, traçou-se como objetivo relatar as ações educativas em planejamento familiar para professores, realizadas pelo Projeto Comunidade em Foco, e como propósito das intervenções: proporcionar momentos de integração, compartilhando conhecimentos com professores sobre planejamento familiar para transformá-los em multiplicadores, visando um cuidar mais eficaz com seus discentes em seu cotidiano.

## 2 Metodologia

É um estudo descritivo, tipo relato de experiência com abordagem qualitativa, utilizando a observação e o diálogo com os docentes participantes de dois cursos de capacitação para professores do Ensino Médio e Fundamental da rede pública e privada, provenientes de municípios da região sul da Bahia.

O Projeto de Extensão Comunidade em Foco foi implantado em 2006, devido à necessidade de abordar temas referentes ao cuidado integral à saúde da mulher. Conta com a colaboração de uma equipe multiprofissional composta de enfermeiros, psicólogos, educadores e discentes do curso de Enfermagem. Tem como objetivo criar pontos de referência

entre universidade x comunidade, possibilitando situações em que os discentes e docentes possam atuar assistindo a mulher, o homem e o adolescente nos seus direitos reprodutivos, bem como promover capacitações e o desenvolvimento de pesquisas.

O local de realização dos cursos foi a Sala de Multimeios de Enfermagem, da Universidade Estadual de Santa Cruz. A primeira capacitação foi dividida em quatro etapas, com carga horária de 32 horas e implementada em oito horas diárias, nos meses de abril a junho de 2009, com a participação de 12 professores.

A segunda capacitação teve carga horária de oito horas, para facilitar a participação dos inscritos, pela dificuldade de dispensa nas instituições de ensino. Essa ocorreu no mês de abril de 2010 com a participação de quatro professores. Cabe destacar que foram inseridos 20 discentes voluntários do projeto na condição de ouvintes, para transformá-los, também, em multiplicadores.

Para a realização dos cursos elaboraram-se *folders*, distribuídos aos participantes, com o roteiro dos assuntos a serem abordados: aparelho reprodutor masculino e feminino, saúde sexual e reprodutiva, métodos contraceptivos, gravidez na adolescência e infecções sexualmente transmissíveis (IST's).

Para avaliar as ações de extensão durante os cursos, foi aplicado um pré-teste com questões sobre os aspectos sociodemográficos, e seis questões relacionadas à abordagem dos temas no cotidiano de trabalho com os alunos. As questões específicas totalizavam quatro, sendo aplicadas também no pós-teste. Tanto o pré-teste quanto o pós-teste foram aplicados no anonimato, preservando a identidade dos participantes.

Ambos os cursos foram iniciados com dinâmica de grupo para apresentação dos participantes e facilitadores. Posteriormente, houve explanação oral pelos facilitadores com a utilização de recursos audiovisuais

para exibição de filmes, música e palestras. Foram feitas rodas de conversa com os professores, para que expressassem livremente as suas experiências e dúvidas; além de atividades realizadas pelos professores após a leitura de textos.

Para os temas, que envolviam os métodos contraceptivos (MC), além das cartilhas do projeto, foram fornecidas cópias de manuais e livros do MS, proporcionando conhecimento aos professores e liberdade para participarem com apresentações da temática de maneira lúdica e criativa.

Foram disponibilizados recursos materiais, didáticos, audiovisuais, peças anatômicas e métodos contraceptivos para melhor compreensão e assimilação dos participantes. As cartilhas do projeto Comunidade em Foco intitulado: “Pensando no discente e na Comunidade - Métodos contraceptivos” – foram fornecidas aos professores para posterior utilização com seus alunos nas escolas.

### **3 Análise e discussão dos resultados**

Os participantes encontravam-se na faixa etária entre 30 e 35 anos (43,75%). A maioria era do sexo feminino, correspondendo a 68,75%; e 31,25% do sexo masculino. Em relação à situação conjugal, 56,25% eram casados. Quanto ao tempo de atuação como professor, 31,25% tinham entre seis e dez anos de atuação na área. Ciências foi a disciplina mais lecionada, com 31,25%. A escola municipal foi o tipo de instituição educacional mais citada, correspondendo a 75,0%. Em relação à modalidade da educação básica que lecionava, o ensino fundamental teve 50,0% das respostas. A faixa de idade dos alunos, entre 16 e 20 anos, obteve 43,75%. Quanto à pós-graduação, 43,75% dos professores a possuíam. A não participação em cursos com temas similares foi citada por 75,0% dos participantes (TABELA 1).

**TABELA 1** – Distribuição numérica e percentual dos dados sociodemográficos dos participantes das capacitações

	N	%
<b>Idade</b>		
30  —  35	07	43,75
36  —  40	04	25,0
41  —  45	05	31,25
<b>Sexo</b>		
Feminino	11	68,75
Masculino	05	31,25
<b>Situação conjugal</b>		
Casada	09	56,25
Solteira	07	43,75
<b>Tempo de atuação como professor</b>		
01  —  05	03	18,75
06  —  10	05	31,25
11  —  15	04	25,0
16  —  15	04	25,0
<b>Disciplina que leciona</b>		
Educação Física	02	12,5
Matemática	01	6,25
Todas do Ensino Médio	03	18,75
Todas da Educação Infantil	02	12,5
Física e Matemática	01	6,25
Ciências	05	31,25
Não respondeu	02	12,5
<b>Tipo de escola em que atua</b>		
Estadual	04	25,0
Municipal	12	75,0
<b>Modalidade da educação básica que leciona</b>		
Ensino Médio	05	31,25
Ensino Fundamental	08	50,0
Educação Infantil	03	18,75
<b>Idade dos alunos</b>		
01  —  05	01	6,25
06  —  10	02	12,5
11  —  15	05	31,25
16  —  20	07	43,75
Acima de 20	01	6,25
<b>Pós-graduação</b>		
Sim	07	43,75
Não	09	56,25
<b>Participação em cursos com tema similar</b>		
Sim	04	25,0
Não	12	75,0

Fonte: Pré-teste aplicado para avaliar as ações de extensão durante os cursos.

A maioria dos participantes dos cursos foi composta por professores que lecionavam a disciplina Ciências. Corroborando tal resultado, em estudo desenvolvido por Matos, Ferreira e Jabur (2008), 96% dos professores, entrevistados de um colégio estadual, informaram que a disciplina Ciências ou Biologia é a que melhor aborda a questão da educação sexual, enquanto apenas 4% consideram que esses conteúdos são trabalhados em todas as disciplinas.

No entanto, até mesmo, os docentes dessa área apresentam dificuldades na abordagem dos temas em sala de aula, conforme investigou Biancon (2005), em uma pesquisa com professores de Ciências do 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental da rede pública do município de Londrina, Paraná. Para os entrevistados, os aspectos biológicos da sexualidade são suficientes, visto que as informações de cunho biológico dão conta da conscientização sobre eventuais problemas que os adolescentes enfrentam acerca da sexualidade.

O MEC ressalta a necessidade de aperfeiçoamento dos professores, independente da área de formação, uma vez que muitos educadores durante sua formação profissional não possuem nos currículos “disciplina” específica para trabalhar, na docência, a questão da educação sexual com crianças e jovens.

Observou-se que muitos professores nunca participaram de cursos com temas similares.

Buscando identificar o perfil do professor enquanto educador, no tocante ao tema Planejamento Familiar, Ramos e Falcão (2012) constataram que 98% dos professores entrevistados não tiveram treinamento e/ou capacitação para trabalhar planejamento familiar na escola. Diante da proposta de viabilizar educação continuada para eles trabalharem o tema na escola, somente 4% deles acharam ser desnecessário, argumentando que já são muito cobrados e a falta de complexidade do tema descarta essa necessidade.

No contexto sobre a educação sexual, são fundamentais posturas seguras e assertivas, e o corpo docente deve passar por capacitação profissional, em relação ao conteúdo técnico-científico, ao metodológico e ao vivencial.

Na Tabela 2, verifica-se que os participantes “às vezes” (50,0%) abordam, em sala de aula, os temas discutidos nos cursos. A maioria (75,0%) é questionada pelos alunos sobre alguns desses temas. Para 56,25% dos entrevistados, não existe dificuldade em trabalhar esses assuntos na escola. Sexualidade foi a temática que os professores relataram ser mais questionada (31,25%). Quanto ao assunto mais difícil de ser abordado, informaram ser o “sistema reprodutor feminino e masculino”, com 37,5%. Os principais recursos oferecidos pelas escolas foram os recursos audiovisuais (87,5%), seguido dos materiais didáticos (43,75%).

**TABELA 2** – Distribuição numérica e percentual das respostas referentes às questões específicas do pré-teste e pós-teste

Respostas	Pré-teste		Pós-teste	
	n	%	n	%
<b>1 São funções do aparelho reprodutor feminino:</b>				
Reprodução humana	12	75,0	14	87,5
Produção de óvulos e espermatozoides	01	6,25	00	0,0
Ovulação	10	62,5	12	75,0
Liberção da menstruação	04	25,0	11	68,75
Não respondeu	01	6,25	01	6,25

(Continua)

**2 Para prevenção de IST é preciso utilizar:**

DIU e camisinha	00	0,0	00	0,0
Pílula	00	0,0	00	0,0
Camisinha e pílula	01	6,25	01	6,25
Somente camisinha	14	87,5	14	87,5
Não respondeu	01	6,25	01	6,25

**\*3 São infecções transmitidas por meio do sexo:**

HIV	07	58,3	11	91,6
Hepatite B	03	25,0	06	50,0
Hepatite C	01	8,3	01	8,3
Hepatite A	00	0,0	00	0,0
Candidíase	08	66,6	08	66,6
Tricomoníase	07	58,3	09	75,0
Sífilis	09	75,0	11	91,6
Não respondeu	01	8,3	01	8,3

**4 São métodos da contracepção para evitar uma gravidez:**

Coito interrompido	03	18,75	02	12,5
Pílula do dia seguinte	04	25,0	12	75,0
DIU	11	68,75	12	75,0
Diafragma	06	37,5	12	75,0
Condom masculino e feminino	04	25,0	07	43,75
Não respondeu	00	0,0	02	12,5

Fonte: Pré-teste aplicado para avaliar as ações de extensão durante os cursos.

\*No segundo curso, esta questão não foi incluída no pré-teste e no pós-teste, devido à carga horária reduzida, não oferecendo condições para abordar as IST's detalhadamente.

O fato de os professores não terem conhecimento exato das funções do aparelho reprodutor feminino pode estar diretamente ligado a sua formação profissional, bem como à falta de capacitações específicas. Em um trabalho realizado por Ramos e Falcão (2012), quando os autores objetivaram conhecer o perfil dos professores sobre a temática Planejamento Familiar, os dados permitiram concluir que o trabalho dos professores em sala de aula é condizente com o nível de conhecimento e habilidades adquiridos na formação profissional.

O conhecimento sobre as funções do aparelho reprodutor feminino é de suma importância no que tange ao planejamento familiar uma vez que, assim, os cidadãos poderão utilizar adequadamente os métodos contraceptivos. Em 1988, Ministério da Educação e Cultura (MEC) publicou, nos PCNs, os temas transversais a serem trabalhados

da 1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, especificamente, a orientação sexual de 5ª a 8ª séries, denominado terceiro e quarto ciclos. Tais parâmetros têm como objetivo que o aluno seja capaz de “conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva” (BRASIL, 1988).

Para a prevenção de IST's é preciso utilizar: “somente camisinha”. Quando se refere ao item 2, percebe-se que os professores possuíam conhecimento prévio acerca do assunto. As ações desenvolvidas permitiram relacionar o aprendizado às inúmeras campanhas de prevenção de IST's, sobretudo HIV, enfocando o uso do preservativo.

A única doença que não é transmitida pela relação sexual é a “hepatite A”. No item 3, todos

os participantes responderam corretamente. Nas demais questões de múltipla escolha, concluiu-se que houve um aumento considerável do número de acertos no pós-teste.

Atualmente, a educação sexual deve se voltar para aspectos preventivos, sob a forma de problemas relacionados à sexualidade e ao sexo seguro, principalmente em aspectos específicos do saber relacionado às transmissões das doenças, podendo comprometer a saúde integral e, conseqüentemente, a saúde sexual das pessoas, afetando o indivíduo e a coletividade (ALENCAR, 2007).

Desta forma, a identificação cada vez mais prévia dos conhecimentos de IST's e de medidas preventivas é de suma importância para um programa educativo específico, baseado em saberes e práticas cotidianas. Segundo Nunes e Silva (2000), o professor tem o papel de satisfazer as curiosidades dos alunos de forma franca, à medida que surjam as dúvidas, por meio de vocabulário simples e compreensível.

Para evitar uma gravidez existem vários métodos contraceptivos, dentre eles, "DIU, diafragma, condom masculino e feminino". Quando se analisa o item 4, observou-se um aumento no número de respostas corretas no pós-teste. Porém, chamou a atenção que a pílula do dia seguinte, apesar de não ser considerada um método contraceptivo, e ter sido foco de grandes discussões nos cursos, apresentou um aumento relevante de respostas que a consideraram como tal. Notou-se que a maioria não sabia o que era condom, o que pode ter influenciado a resposta acerca da camisinha.

Quando o indivíduo escolhe a pílula anticoncepcional apenas, nota-se que a única proteção considerada será de uma gravidez, estando exposto às diversas doenças sexualmente transmissíveis (ALENCAR, 2007). Para Silva (2007), a restrição ao acesso a serviços públicos com programas voltados para o planejamento familiar, o desconhecimento de outros métodos contraceptivos além da pílula, e de aconselhamento adequado por equipe multiprofissional,

criam uma situação de grande vulnerabilidade para as mulheres.

Em se tratando dos achados das ações de extensão desenvolvidas, percebe-se que existe grande necessidade de maiores esclarecimentos sobre a anticoncepção e a prevenção.

#### **4 Considerações finais**

Eduardo Galeano afirma que mesmo que não se possa imaginar o futuro que virá, é direito, ao menos planejar como esse deva ser. Esse trabalho do Projeto de Extensão Comunidade em Foco tem suas bases nesta utopia de Thomas Morus, retomada por Galeano no século XXI. Isto porque se acredita que o planejamento familiar exige mais do que uma lei governamental e um programa do MS. Ele requer uma mudança provinda dos alunos em suas famílias, de cada família em sua comunidade, de cada comunidade em seu Estado e do Estado nas políticas públicas do planejamento da família no Brasil.

Concretamente, observou-se que os professores mostraram aprendizado significativo sobre a temática, já que os dados deixaram claro um aumento do percentual de respostas corretas e uma diminuição das respostas incorretas no pós-teste.

Por outro lado, observou-se também, margem de desconhecimento de alguns participantes sobre a função do aparelho reprodutor feminino. Tal conhecimento torna-se indispensável para a utilização adequada dos métodos contraceptivos e sua eficácia.

Mediante as ações de extensão desenvolvidas, percebeu-se que os resultados influenciaram positivamente na formação dos professores sobre o tema, transformando-os em multiplicadores. Observando as falas dos participantes, na avaliação final, os mesmos consideraram que os cursos superaram as expectativas. Os ganhos extensionistas foram imensuráveis e contribuirão para a manutenção das ações do projeto e planejamento de novas propostas.



Importa igualmente dizer que muitos são os aspectos que envolvem o ensino das questões sobre sexualidade numa nação que se intitula livre. Estigmas sexuais ainda não foram vencidos, a gravidez não planejada na adolescência atinge todos os estados brasileiros, e chegando ao mais agravante: a falta de projetos pedagógicos neste sentido.

Tem-se consciência que o presente estudo servirá para levantar muitas outras questões: a necessidade da atuação da universidade na formação de melhorias nos grupos sociais; e necessidade de inclusão dessa questão na formação dos professores. O Projeto Comunidade em Foco considera que os cursos foram um ensaio de condições técnicas para se produzir um *ethos* de ensino do Planejamento Familiar, nas escolas brasileiras, com a cognoscibilidade de como ele poderá ser mais eficaz para garantir um Brasil melhor num futuro próximo.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, R. A. **Pesquisa-ação sobre sexualidade e vulnerabilidade às IST/AIDS com alunos de graduação em enfermagem.** Ribeirão Preto. 143f. Dissertação (Mestrado). Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2007.

BIANCON, M. L. **A Educação Sexual na Escola e as Tendências da Prática Pedagógica dos Professores.** 2005. 99f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais.** Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde.** Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Uma análise da situação de saúde e da agenda nacional e internacional de prioridades em saúde.** Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/ Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEE, 1998.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei n. 8.069. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Constituição Federal.** Biblioteca Jurídica. 2007.

CHAUÍ, M. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Disponível em: <[www.anped.org.br](http://www.anped.org.br)>. Acesso em: 15 mar. 2013.

COSTA, E. M. A.; CARBONE, M. H. **Saúde da Família Uma Abordagem Interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Rubio, 2003.

GIR, E.; NOGUEIRA, M.S.; PELÁ, N.T.R. Sexualidade humana na formação do enfermeiro. **Rev. latino-am. enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 33-40, abr. 2000.

HOLANDA, M. L. et al. O papel do professor na educação sexual de adolescentes. **Cogitare Enferm**, v.15, n.4, p.702-708, out./dez., 2010.

MATTOS, A. H.; FERREIRA, A.; JABUR; S. S. O papel do educador na construção de uma sexualidade emancipadora no Colégio Estadual Gabriel de Lara em Matinhos – PR. In: **Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, VII, 2008, Curitiba. Anais. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/388\\_912.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/388_912.pdf)> Acesso em: 10 mar. 2013.

NUNES, C.; SILVA, E. **A educação sexual da criança**. Campinas: Autores Associados; 2000.

RAMOS, R.L.; FALCÃO, A.C.S. Planejamento Familiar como tema transversal e o grau de preparação dos professores das escolas estaduais de ensino fundamental em Boa Vista-RR. **Rev. Ambiente: Gestão e desenvolvimento**, v.4 n. 1, p. 104-118, 2012.

SILVA, M.V.F; BARBIERI, M; GUAZZELLI, C.A.F. Esterilização tubária: Satisfação e arrependimento entre profissionais de saúde do município de Itabuna, Bahia (Brasil). **Revista Paulista de Enfermagem**, v. 26, n.4, p.257-262, 2007.